

John Leith, *A Tradição Reformada: Uma Maneira de Ser a Comunidade Cristã* (São Paulo: Pendão Real, 1996), 394 pp., com índices remissivos. Traduzido do original em inglês *An Introduction to the Reformed Tradition: A Way of Being the Christian Community* (1977).

John Leith é professor de teologia no Union Theological Seminary, na Virgínia, Estados Unidos. Seu objetivo nesse livro é responder à pergunta “o que é a tradição reformada.” Ele admite que essa tradição não pode ser definida em termos precisos. Para ele, a tradição reformada é, em termos gerais, “o padrão de cristianismo protestante que tem suas raízes na Reforma do século XVI, na Suíça e em Estrasburgo” (p. 8).

Nos seis capítulos do livro, Leith discute a tradição reformada. No capítulo 1, que versa sobre a “tradicionalização [sic] da fé,” ele discute a formação das tradições reformadas como obra humana e ao mesmo tempo do Espírito. Conclui que a tradição reformada não pretende ser a única tradição cristã, mas sim mais uma forma pela qual a Igreja de Cristo tem existido neste mundo (p. 32). O capítulo 2 trata das igrejas reformadas, traçando a sua origem e formação histórica na Reforma suíça, seguida de sua difusão na Europa e Estados Unidos. O capítulo conclui com um apêndice muito útil sobre o presbiterianismo brasileiro elaborado por Gerson Correia de Lacerda, um dos tradutores da obra. O capítulo 3 aborda o *ethos* da tradição reformada, destacando suas características distintivas, como a majestade e glória de Deus, a polêmica contra a idolatria, a realização dos propósitos divinos na história e a simplicidade, entre outras. O leitor mais atento poderia perguntar o que há de distintamente reformado nessas características, já que os arminianos João Wesley e John Fletcher, além dos católicos Hans Küng e Paul Hoffmann, poderiam encaixar-se nessas categorias, a julgar por seus escritos.

O capítulo 4 – provavelmente o mais crucial da obra – trata da relação entre a teologia e a tradição reformada, discorre sobre as características do que Leith entende por teologia reformada, mostra o seu desenvolvimento e analisa a vida de teólogos que Leith considera representativos: João Calvino, William Ames, François Turretini, Charles Hodge, William Adams Brown, Karl Barth e Reinhold Niebuhr. Pode-se perceber que o que Leith entende por “teólogo reformado” é algo tão amplo que acaba por dissipar quase que completamente as características calvinistas distintivas daquilo que muitos entendem por teologia reformada. O capítulo conclui com uma breve descrição das confissões reformadas. Há vários apêndices a esse capítulo. O Apêndice C é uma lista de “teologias sistemáticas reformadas representativas.” São mencionados alguns “modelos de teologia dos séculos dezenove e vinte” e, ao encontrarmos entre eles o subtítulo “liberais” indicando a teologia de Schleiermacher, e mais além, com o subtítulo “teologia neo-reformada,” as obras de Barth e Brunner, fica evidente que Leith está trabalhando com um conceito de “teologia reformada” muito mais amplo do que muitos calvinistas gostariam de aceitar. O Apêndice D traz uma lista de “teologias reformadas representativas” e nela somos informados que por “teologias liberais” reformadas se entendem aquelas que abriram novas perspectivas (p. 200). Na lista aparecem os nomes de alguns teólogos que eriçariam os cabelos de qualquer calvinista que tenha conhecimento das suas propostas, como é o caso de Rubem Alves. No apêndice seguinte, somos informados que Walter Eichrodt, Oscar Cullmann e Walter Zimmerli, entre outros, são “reformados.” É então que o leitor intrigado começa a desconfiar que para Leith, reformado e protestante, no fim, são a mesma coisa.

O Apêndice G, escrito por Ricardo W. Irwin e Eduardo Galasso Faria, reserva ainda mais

surpresas. Entre as personalidades consideradas como representativas do movimento reformado encontramos Charles Finney, Karl Barth, Emil Brunner, os irmãos Niebuhr, Richard Shaull e Jürgen Moltmann, entre outros. Estranhamos a ausência de reformados modernos como Herman Dooyeweerd, Cornelius Van Til, J. I. Packer, Martyn Lloyd-Jones e R. C. Sproul, teólogos que têm publicado extenso material reformado e cujas obras estão sendo cada vez mais traduzidas no Brasil. A inclusão de Jane D. Douglass diante da omissão de tantos outros nomes de maior peso para a tradição reformada moderna infelizmente parece refletir o critério ideológico que já estava evidente desde o início da obra.

O capítulo 5 trata da relação entre a forma de governo e a tradição reformada, descrevendo as formas de governo reformadas e analisando o presbiterianismo, o episcopalismo e o congregacionalismo, com uma tentativa de Leith de provar que Calvino aceitava o sistema episcopal, embora não o defendesse (pp. 270-73).

O capítulo 6 aborda a questão da liturgia na tradição reformada, iniciando com uma síntese do pensamento de Calvino e Barth sobre o culto. Barth e Calvino são apresentados como estando na mesma linha, muito embora Barth tenha ido contra Calvino ao negar que o batismo e a Ceia sejam meios de graça (p. 293). Segue-se uma análise da liturgia de Calvino, de Farel, do diretório de Westminster e da experiência litúrgica norte-americana. O capítulo encerra-se com um apêndice sobre as liturgias e diretórios reformados considerados representativos.

O capítulo 7 aborda a relação entre a tradição reformada e a cultura, enfocando temas como artes visuais, literatura, arquitetura, música, ordem política e econômica.

O capítulo final trata das perspectivas da tradição reformada, com ênfase na Bíblia como Palavra de Deus e no testemunho do Espírito Santo. Leitores calvinistas provavelmente teriam apreciado uma clareza maior sobre esses assuntos, diante do conflito moderno sobre a autoridade das Escrituras.

Leith tem o hábito incômodo de referir-se a Barth e Brunner como proponentes modernos da tradição reformada, sem demonstrar qualquer consciência da distância que separa ambos de Calvino, como já foi convincentemente demonstrado por Cornelius Van Til em *Christianity and Barthianism* (1962). Ainda em 1962, Van Til publicou *Barth's Christology*, uma síntese do desvio de Barth da cristologia calvinista. Em 1964, publicou *Karl Barth and Evangelicalism*. Nessa obra, Van Til demonstra como Barth, apesar de empregar a linguagem e a terminologia usada pelos cristãos evangélicos e ortodoxos, desvia-se de pontos centrais da fé reformada (Van Til aponta o universalismo de Barth e sua interpretação de milagres como o nascimento virginal como algo que não aconteceu na história humana). Leith também recebe calorosamente Reinhold Niebuhr na tradição reformada, apesar de o mesmo negar que a morte e a ressurreição de Cristo sejam histórico-redentoras no sentido bíblico (são mais uma revelação da profunda relação existencial entre Deus e o ser humano).

O livro em si representa uma contribuição valiosa para os estudantes da tradição reformada. Infelizmente também servirá para estimular e promover o conceito amplo e amorfo de teologia reformada que tem marcado alguns setores das igrejas reformadas no Brasil. Com os reparos feitos acima, recomendo o livro aos que têm interesse em uma

interpretação neo-ortodoxa da tradição reformada.

— *Augustus Nicodemus Lopes*